

AS TENDÊNCIAS RECENTES DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS E O PADRÃO MIGRATÓRIO*

Fausto Brito*
Ricardo Alexandrino Garcia*
Renata G. Vieira de Souza *

Resumo

O objetivo do artigo é desenvolver uma avaliação teórica das mudanças mais significativas no processo migratório interestadual no Brasil. O conceito chave que servirá de referência para a compreensão das mudanças será o de padrão migratório.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Fausto Brito é professor e pesquisador do CEDEPLAR e do Departamento de Demografia da UFMG.

* Ricardo Alexandrino Garcia é doutor em Demografia e pesquisador no CEDEPLAR.

* Renata é aluna do mestrado em Demografia da UFMG.

AS TENDÊNCIAS RECENTES DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS E O PADRÃO MIGRATÓRIO*

Fausto Brito*
Ricardo Alexandrino Garcia♦
Renata G. Vieira de Souza ▲

Introdução

Este trabalho é a continuação de um artigo anterior, seguindo, portanto, a mesma referência teórica, e tem como objetivo a utilização dos dados do Censo Demográfico de 2000 para avaliar se as informações nele contidas apontam na mesma direção do artigo mencionado¹. Para que fosse possível comparar as migrações interestaduais nos seus diferentes períodos, desde 1960, e ao mesmo tempo utilizar os dados de migrantes de data fixa obtidos nos Censos de 1991 e 2000 – fundamentais para a análise da migração de curto prazo e o retorno pleno – será utilizado nos censos anteriores, 1970 e 1980, somente as informações referentes ao segundo quinquênio dos dados de migração de última etapa. Serão considerados, então, para a comparação em série, os períodos de 1965-1970; 1975-1980; 1986-1991 e 1995-2000.

Não estão sendo desconsideradas as limitações dessa escolha, mas como seria importante trabalhar com um período maior para se observar as mudanças ocorridas, as trocas líquidas serão meramente uma “proxy” dos verdadeiros saldos migratórios encontrados com os dados de data fixa. Apesar de tudo, avança-se em relação ao artigo anterior, quando se comparava a “média anual de migrantes” decenais de última etapa com os de data fixa, sendo que para o período mais recente usava-se as informações da Contagem de 1996 e da PNAD de 1999. Agora, a fonte de dados será, exclusivamente, os Censos Demográficos. Uma outra restrição não pode ser omitida, os dados do Censo de 1970 considerava entre os migrantes somente os não naturais do município, omitindo, no caso, os naturais que realizaram algum tipo de movimento migratório. Infelizmente não há como superar essa limitação, somente explicita-la.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

▲ Fausto Brito é professor e pesquisador do CEDEPLAR e do Departamento de Demografia da UFMG.

♦ Ricardo Alexandrino Garcia é doutor em Demografia e pesquisador no CEDEPLAR.

▲ Renata é aluna do mestrado em Demografia da UFMG.

¹ Brasil, Final de Século: A Transição Para Um Novo Padrão Migratório? Apresentado no XII Encontro da ABEP, Caxambu, 2000 e numa versão revista no livro Transições Migratórias, Edições IPLANCE, 2002

O questão mais importante que se coloca para este artigo é se as mudanças que ocorreram, depois de 1980, na dinâmica da economia e da sociedade, já se refletiram sobre o padrão migratório. Torna-se importante recordar algumas considerações realizadas no artigo mencionado. Em primeiro lugar, a definição de padrão migratório, considerado como o “modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e o contexto histórico dentro do qual elas estão estruturadas para atender as necessidades da dinâmica demográfica, econômica, social e política”. (Brito,2002) O padrão migratório é flexível e suficientemente dinâmico para se ajustar às mudanças nessas necessidades, desde que os seus fundamentos não sejam comprometidos.

Recordando, historicamente, no “período 1940/80, alimentadas pelos fortes desequilíbrios regionais, as trajetórias mais relevantes, ou dominantes, se estruturaram para atender, não só as necessidades de transferência regional do excedente de força de trabalho, mas, também, serviram como um importante mecanismo de integração social e cultural do território. As trajetórias dominantes articulavam os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, com os estados onde ocorria o maior crescimento industrial e com as regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral. As trajetórias secundárias ou os “circuitos migratórios regionais” se encarregavam da mobilidade espacial dos migrantes entre estados vizinhos e, muitas vezes serviam de etapa para as trajetórias dominantes”.(Brito,2002)

TABELA 1
BRASIL, IMIGRANTES INTERESTADUAIS, 1965-2000.

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODOS							
	1965/70		1975/80		1986/91		1995/2000	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
NORTE	98.228	3,37	454.447	9,49	554.085	11,03	562.644	10,71
NE. SETENTRIONAL	91.447	3,14	133.891	2,80	177.262	3,53	191.948	3,65
NE CENTRAL	188.390	6,46	401.935	8,40	519.357	10,34	570.475	10,86
NE. MERIDIONAL	108.456	3,72	223.400	4,67	242.794	4,83	305.906	5,82
MINAS GERAIS	100.372	3,44	336.177	7,02	372.685	7,42	450.452	8,57
ESPÍRITO SANTO	48.450	1,66	103.537	2,16	135.438	2,70	130.094	2,48
RIO DE JANEIRO	418.343	14,35	394.489	8,24	254.775	5,07	323.087	6,15
SÃO PAULO	713.326	24,47	1.562.494	32,64	1.396.938	27,80	1.242.972	23,65
PARANÁ	366.239	12,56	207.792	4,34	271.667	5,41	299.946	5,71
EXTREMO SUL	89.446	3,07	206.360	4,31	285.513	5,68	315.130	6,00
CENTRO-OESTE	309.665	10,62	501.263	10,47	619.277	12,32	645.148	12,28
DISTRITO FEDERAL	383.256	13,14	260.887	5,45	195.393	3,89	216.863	4,13
TOTAL	2.915.617	100,0	4.786.671	100,0	5.025.184	100,0	5.254.665	100,0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

O padrão migratório tem como uma das suas propriedades a flexibilidade e, como consequência, um grande dinamismo que lhe permite realinhar as trajetórias de acordo com as necessidades emergentes. (Brito,2002). A análise do comportamento migratório na segunda

metade do século 20, utilizando-se das informações propostas, confirma essa hipótese. (Tabela 1)

Algumas mudanças referentes às regiões de crescimento industrial e de expansão da fronteira agrícola e mineral são expressivas. As trajetórias migratórias para São Paulo, acompanhando o desenvolvimento da economia brasileira e a sua concentração no território paulista, assumem uma nítida hegemonia, restringindo, relativamente, a tradicional atração migratória do Rio de Janeiro. Claro, também devem ser considerados os reflexos, tanto para a economia, quanto para as migrações, da mudança da capital para Brasília. Mas, o grande crescimento da economia paulista nos anos 70, tornou possível incorporar uma boa parte da evasão populacional do Paraná – quase 30,0% dos imigrantes paulistas entre 1975-1980 -, assim como ampliar a incorporação dos imigrantes nordestinos que dobraram em relação ao período anterior. Na segunda metade dos anos 60, São Paulo já absorvia um quarto de todos os imigrantes interestaduais, no mesmo período da década seguinte essa proporção já alcançava um terço.

Apesar da região Centro-Oeste ter estabilizado a sua participação relativa no total de imigrantes e o Distrito Federal ter diminuído, em termos absolutos, os seus imigrantes cresceram, principalmente em função da emigração de origem paranaense. A região Norte se consolidava como uma nova região de expansão agrícola e mineral, estimulada pelas políticas de colonização promovidas pelo Governo Federal com o objetivo explícito de atrair imigrantes.

Já foi mencionada a possibilidade de uma trajetória secundária, inserida dentro do contexto dos “circuitos regionais” , como a trajetória Paraná - São Paulo, assumir uma relevância notável, não em função de qualquer mudança no padrão migratório, mas como consequência de seu ajuste conjuntural à grande transformação da economia paranaense. (Tabela 2)

Quanto as trajetórias dominantes, originárias dos dois grandes reservatórios de mão de obra, algumas considerações devem ser feitas. Minas Gerais, já na segunda metade dos anos setenta, apresentava uma mudança significativa na sua posição dentro do padrão migratório: aumentava a sua participação entre os imigrantes e reduzia entre os emigrantes, tanto em termos absolutos, quanto relativos.

TABELA 2
BRASIL, EMIGRANTES INTERESTADUAIS, 1965-2000.

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODOS							
	1965/70		1975/80		1986/91		1995/2000	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
NORTE	57.059	1,96	139.706	2,92	422.927	8,42	499.353	9,50
NE. SETENTRIONAL	133.376	4,57	320.551	6,70	378.223	7,53	420.037	7,99
NE CENTRAL	613.500	21,04	973.720	20,34	927.879	18,46	840.209	15,99
NE. MERIDIONAL	435.780	14,95	397.734	8,31	512.512	10,20	582.247	11,08
MINAS GERAIS	617.210	21,17	573.209	11,98	480.586	9,56	413.674	7,87
ESPÍRITO SANTO	108.115	3,71	86.423	1,81	91.149	1,81	96.088	1,83
RIO DE JANEIRO	112.229	3,85	253.733	5,30	295.678	5,88	276.960	5,27
SÃO PAULO	286.057	9,81	495.519	10,35	649.915	12,93	892.349	16,98
PARANÁ	167.198	5,73	798.196	16,68	476.345	9,48	340.886	6,49
EXTREMO SUL	252.308	8,65	264.903	5,53	265.034	5,27	295.327	5,62
CENTRO-OESTE	119.424	4,10	385.200	8,05	381.021	7,58	406.670	7,74
DISTRITO FEDERAL	13.361	0,46	97.780	2,04	143.913	2,86	190.865	3,63
TOTAL	2.915.617	100,0	4.786.671	100,0	5.025.184	100,0	5.254.665	100,0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Na década de 70, a economia brasileira continuava crescendo e gerando uma enorme quantidade de emprego, inclusive no setor industrial que, junto com a construção civil, criou cerca de 38,0% do emprego total. Os desequilíbrios regionais se acentuaram, somente São Paulo concentrava 56,4% do PIB industrial brasileiro e 37,% do emprego por ele gerado”. (Brito, 1997) Não foi, portanto, surpreendente que, na segunda metade da década de setenta, São Paulo tenha recebido um terço dos imigrantes interestaduais dos quais, 41,0% eram nordestinos.

Dois outros fatores não podem ser omitidos. A população, particularmente a urbana, ainda crescia aceleradamente até os anos 80. Saíram do campo para as cidades, entre 1960 e 1980, segundo estimativas recentes, quase 32 milhões de habitantes, cerca de 27,0% da população total do Brasil no final do período. (Carvalho, Garcia, 2002). As Regiões Metropolitanas (RM) se constituíram em um destino preferencial desses emigrantes, a R M de São Paulo em particular. Mas todas elas passaram a ter uma importância fundamental, contribuindo entre 1970 e 1980 com 48,0% do incremento médio anual da população brasileira. (Brito, Horta, 2001)

O outro fator foi o Estado Nacional, seguindo a sua tradição de intervenção nas migrações, implementou um conjunto de políticas que direta ou indiretamente condicionaram os grandes deslocamentos populacionais no território brasileiro. Políticas que reforçaram a ocupação demográfica das regiões Norte e Centro-Oeste, estimularam a concentração econômica urbana-industrial em São Paulo, assim como promoviam, principalmente nos anos

70, as expansões dos sistemas de transporte e de telecomunicações, generalizando a cultura migratória, tradicionalmente enraizada na sociedade brasileira. As trajetórias migratórias se consolidaram, abrindo caminhos para o migrante realizar a sua mobilidade espacial e social, desde que conseguisse vencer o rigoroso processo de seletividade social e econômica, inerentes ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras.(Brito,2002; Durham,1984)

Em síntese, a flexibilidade do padrão migratório, realinhando algumas trajetórias e mudando a posição relativa de outras, não significou, “até o final da década de 70, qualquer mudança nos fundamentos demográficos, econômicos, sociais e políticos que estruturavam trajetórias migratórias”.(Brito,2002) .

Observando os dados posteriores a 1980, algumas transformações no comportamento das migrações interestaduais são evidentes. Quanto aos imigrantes, nos estados com maior expansão industrial, o Rio de Janeiro continuou perdendo a sua posição, tanto em termos absolutos quanto relativos, ainda que os dados da segunda metade dos anos 90 sugiram uma ligeira recuperação. Quanto à São Paulo, há uma interessante estabilidade na sua posição hegemônica na atração migratória, apesar de ter diminuído o número de seus imigrantes nos dois últimos períodos analisados. As duas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral, Centro-Oeste e Norte, também mantiveram uma razoável estabilidade no seu poder de absorção dos imigrantes.

Os dois grandes reservatórios de força de trabalho tiveram um aumento de imigrantes aparentemente surpreendente. No Nordeste, em conjunto, eles quase triplicaram entre 1965-1970 e 1995-2000. No mesmo período, o mesmo processo ocorre em Minas que multiplicou o número de seus imigrantes 4,5 vezes. Contudo, a análise exclusiva da imigração pode levar a conclusões apressadas.(Tabela 1)

Do ponto de vista dos emigrantes o grande destaque foi São Paulo que, além de ser, há tempo, o estado que mais atrai imigrantes, passou a ser, também, o estado com maior número de emigrantes.(Tabela 2) O aumento dos imigrantes nos históricos reservatórios de mão de obra e essa grande emigração de São Paulo, são dois lados de uma mesma moeda, a migração de retorno, que será discutida mais à frente.

O Nordeste manteve-se com um grande número de emigrantes interestaduais, 35,0% do total, mas o crescimento deles entre os dois últimos período foi relativamente inexpressivo, sendo que, na sua região Central eles chegaram mesmo a diminuir.. Quanto a Minas, que já foi responsável, aproximadamente, por um quinto do total de emigrantes

interestaduais, eles têm diminuindo regularmente e, no último período, representavam apenas 8,0%. (Tabela 2)

Como os dados estão classificados em estados e regiões, vale a pena diferenciar, no caso das regiões, a migração interestadual intra-regional da inter-regional. Será considerado apenas o caso da imigração. (Tabela 3)

TABELA 3
PORCENTAGEM DE IMIGRANTES INTERESTADUAIS
INTRA - REGIONAL, 1965-2000

IMIGRANTES				
REGIÃO	1965/70	1975/80	1986/91	1991/2000
NORTE	33,04	13,39	26,15	36,12
NE.SETENTRIONAL	42,50	40,97	29,51	21,84
NE.CENTRAL	76,74	48,85	37,11	29,03
NE.MERIDIONAL	24,09	11,69	12,02	10,09
EXTREMO SUL	65,80	39,25	30,35	31,86
CENTRO-OESTE	5,91	12,87	14,09	12,69

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Nas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral a proporção de imigrantes dentro da mesma região, após a segunda metade dos anos setenta, tem aumentado no Norte e se mantido relativamente estável no Centro-Oeste. Em ambos os casos, a migração intra-regional é bastante inferior à inter-regional. No caso do Nordeste, nas suas três grandes áreas têm havido um fenômeno interessante: o número de imigrantes intra-regional têm sido cada vez menor, indicando o aumento relativo do número de imigrantes interestaduais de outras regiões. Novamente, pode ser o caso dos imigrantes de retorno, assunto a ser analisado mais à frente. O Extremo Sul é um caso semelhante, a tendência tem sido aumentar o número de imigrantes de outras regiões do país.

A análise das migrações internas será mais esclarecida introduzindo alguns indicadores como as trocas líquidas e os saldos migratórios, os índices de reposição populacional e as taxas líquidas de migração.

TABELA 4
BRASIL, TROCAS LÍQUIDAS E SALDOS MIGRATÓRIOS
INTERESTADUAIS, 1965-2000.

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODO			
	1965/70	1975/80	1986/91	1995/2000
NORTE	41.169	314.741	131.158	63.291
NE. SETENTRIONAL	-41.929	-186.660	-200.961	-228.089
NE CENTRAL	-425.110	-571.785	-408.522	-269.734
NE. MERIDIONAL	-327.324	-174.334	-269.718	-276.341
MINAS GERAIS	-516.838	-237.032	-107.901	36.778
ESPÍRITO SANTO	-59.665	17.114	44.289	34.006
RIO DE JANEIRO	306.114	140.756	-40.903	46.127
SÃO PAULO	427.268	1.066.976	747.023	350.623
PARANÁ	199.041	-590.405	-204.678	-40.940
EXTREMO SUL	-162.862	-58.543	20.479	19.803
CENTRO-OESTE	190.241	116.063	238.256	238.478
DISTRITO FEDERAL	369.895	163.107	51.480	25.998

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Há uma tendência generalizada a redução dos saldos migratórios. As exceções são o Nordeste Setentrional, cujo saldo negativo têm aumentado, em pequena quantidade, e o Centro-Oeste com o saldo praticamente igual nos dois últimos períodos. Pode, também, ser encontrado o fenômeno da reversão. Minas Gerais é o melhor exemplo: tinha o maior saldo negativo, entre os estados, na década de sessenta, e na segunda metade dos anos noventa já exibiu um pequeno saldo positivo. Um outro caso é o Extremo Sul, de fato Santa Catarina, desde a segunda metade dos anos oitenta já apresentava um saldo migratório positivo. O Rio de Janeiro é uma situação a parte, tinha um grande saldo positivo, passou a negativo e recentemente tem conseguido revertê-lo. O Paraná é um exemplo de quase reversão, ainda não tornou o seu saldo positivo, mas a tendência é que assim ocorra.

Algumas regiões ou estados não apresentaram uma “reversão”, mas diminuíram muito o seu saldo. Pelo lado das grandes regiões de atração migratória, o exemplo notável é de São Paulo devido ao grande aumento dos seus emigrantes. A região Norte é um outro exemplo, como São Paulo, os seus emigrantes têm crescido mais do que os imigrantes. Pelo lado dos reservatórios de força de trabalho, o Nordeste Central tem abreviado expressivamente o seu saldo, mas ao contrário dos dois últimos exemplos, em função do crescimento da imigração.

TABELA 5
BRASIL, "TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO", 1965-2000

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODO			
	1965/70	1975/80	1986/91	1995/2000
NORTE	1,14	4,76	1,31	0,49
NE. SETENTRIONAL	-0,90	-3,04	-2,68	-2,69
NE CENTRAL	-2,83	-3,16	-1,89	-1,11
NE. MERIDIONAL	-3,90	-1,65	-2,02	-1,86
MINAS GERAIS	-4,50	-1,77	-0,69	0,21
ESPÍRITO SANTO	-3,73	0,85	1,70	1,10
RIO DE JANEIRO	3,40	1,25	-0,32	0,32
SÃO PAULO	2,40	4,26	2,36	0,95
PARANÁ	2,87	-7,74	-2,42	-0,43
EXTREMO SUL	-1,70	-0,51	0,15	0,13
CENTRO-OESTE	4,19	2,06	3,04	2,49
DISTRITO FEDERAL	68,82	13,86	3,22	1,27

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Além da tendência à redução dos saldos migratórios, pode ser observado, também, através das “taxas líquidas de migração”, a redução do peso dos saldos ou das trocas líquidas no total da população no final do período. (Tabela 5). E esse é um fenômeno generalizável, exceção apenas do Nordeste Setentrional que, praticamente manteve a mesma proporção.

TABELA 6
BRASIL, ÍNDICE DE REPOSIÇÃO POPULACIONAL (I / E), 1965-2000

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODO			
	1965/70	1975/80	1986/91	1995/2000
NORTE	1,7	3,3	1,3	1,1
NE. SETENTRIONAL	0,7	0,4	0,5	0,5
NE CENTRAL	0,3	0,4	0,6	0,7
NE. MERIDIONAL	0,2	0,6	0,5	0,5
MINAS GERAIS	0,2	0,6	0,8	1,1
ESPÍRITO SANTO	0,4	1,2	1,5	1,4
RIO DE JANEIRO	3,7	1,6	0,9	1,2
SÃO PAULO	2,5	3,2	2,1	1,4
PARANÁ	2,2	0,3	0,6	0,9
EXTREMO SUL	0,4	0,8	1,1	1,1
CENTRO-OESTE	2,6	1,3	1,6	1,6
DISTRITO FEDERAL	28,7	2,7	1,4	1,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Um outro indicador a ser utilizado é o índice de reposição populacional (IRP) , ou seja, a divisão dos número de imigrantes pelo número de emigrantes. O resultado seria o número de imigrantes para cada emigrante que sai da região ou estado. A tendência de grande parte das regiões ou estados é que o I.R.P. esteja próximo ou tendendo a um. O Nordeste

Setentrional e o Meridional, ainda estão distantes de igualarem os seus emigrantes, que ainda são muitos, aos seus imigrantes. A região Centro-Oeste, manteve nos dois últimos períodos analisados, uma supremacia dos imigrantes com o I.R.P. mais alto. No restante dos estados ou regiões há uma tendência a “convergência”, ou seja, que o número de imigrantes se torne próximo do número de emigrantes. Deve ser enfatizado que o fenômeno da convergência, na forma como ele tem aparecido no Brasil, está longe de ser semelhante ao que ocorre em países de desenvolvidos. Não se trata de nenhuma tendência ao “equilíbrio migratório”, consequência da redução expressiva dos desequilíbrios regionais, quando os fatores de atração, ainda que diversos, se tornam relativamente distribuídos de forma homogênea pelo espaço. Pelo contrário, a convergência migratória no Brasil é o resultado não só da manutenção dos desequilíbrios regionais, que, em função da inércia migratória, ainda alimentam algumas das tradicionais trajetórias, mas também do aumento da seletividade migratória no lugar de destino, potencializando a reemigração que muitas vezes se transforma em migração de retorno.

Muitos estudos já foram realizados analisando a importância da migração de retorno na reemigração, considerando não só os seus efeitos diretos quanto os indiretos (Carvalho; Brito; Ribeiro; Rigotti;1998). Não faria sentido repeti-los, a título de exemplo serão considerados unicamente os imigrantes e, entre eles, os de retorno, ou seja, naturais que voltaram para os seus respectivos estados ou regiões, sem calcular os efeitos indiretos. Serão estimados, também, os retornados plenos, ou seja, aqueles que no quinquênio migraram para outros estados e retornaram no mesmo período para o próprio estado.

**TABELA 7, IMIGRANTES(ABSOLUTOS) e IMIGRANTES DE RETORNO(%),
1986-1991 E 1995-2000**

REGIÃO OU ESTADO	1986-91		1995-2000	
	IMIGRANTES	RETORNO	IMIGRANTES	RETORNO
NORTE	554.085	3,19	562.644	6,19
NE. SETENTRIONAL	177.262	18,02	191.948	22,22
NE CENTRAL	519.357	18,67	570.475	20,60
NE. MERIDIONAL	242.794	14,25	305.906	19,17
MINAS GERAIS	372.685	21,26	450.452	19,15
ESPÍRITO SANTO	135.438	11,04	130.094	10,64
RIO DE JANEIRO	254.775	4,72	323.087	7,19
SÃO PAULO	1.396.938	5,97	1.242.972	6,41
PARANÁ	271.667	23,37	299.946	21,48
EXTREMO SUL	285.513	18,43	315.130	15,54
CENTRO-OESTE	814.670	5,71	862.011	6,28
TOTAL	5.025.184	10,61	5.254.665	11,88

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

TABELA 7
MIGRANTES RETORNADOS PLENOS, 1986-1991 e 1995-2000

REGIÃO OU ESTADO	1986-91			1995-2000		
	RETORNADOS PLENOS			RETORNADOS PLENOS		
	ABSOLUT.	%	%*	ABSOLUT.	%	%*
NORTE	60.480	7,23	12,51	141.441	9,63	22,07
NE. SETENTRIONAL	39.235	4,69	9,40	70.971	4,83	14,45
NE CENTRAL	140.353	16,77	13,14	216.649	14,75	20,50
NE. MERIDIONAL	64.561	7,71	11,19	121.994	8,31	17,32
MINAS GERAIS	80.899	9,67	14,41	124.696	8,49	23,16
ESPÍRITO SANTO	15.953	1,91	14,90	26.965	1,84	21,91
RIO DE JANEIRO	54.508	6,51	15,57	104.790	7,13	27,45
SÃO PAULO	177.702	21,23	21,47	327.962	22,33	26,88
PARANÁ	68.136	8,14	12,51	88.367	6,02	20,59
EXTREMO SUL	48.211	5,76	15,39	84.777	5,77	22,30
CENTRO-OESTE	86.903	10,38	14,20	160.154	10,90	21,14
TOTAL	836.941	100,00	14,28	1.468.766	100,00	21,85

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

%*, retornados plenos divididos pelos emigrantes data fixa mais os retornados plenos.

Apesar de subestimada, pois não inclui os efeitos indiretos, as proporções são significativas. Proporcionalmente, os imigrantes de retorno tem aumentado, ainda que não muito. Os dois grandes históricos reservatórios de mão obra, Nordeste e Minas Gerais, têm recebido uma porcentagem elevada de retornados, mais ou menos um quarto dos imigrantes. Isso é consistente com o elevado número de emigrantes saídos anteriormente dessas regiões e que percorreram as principais trajetórias migratórias. É a situação, também, do Paraná e, em menor proporção, do Extremo Sul. Porém, essas constatações não são originais, só confirmam uma das características marcantes da nova situação migratória no Brasil.

Os migrantes retornados plenos têm aumentado muito, tanto em termos absolutos, quanto relativos. A estratégia de migração de curto prazo têm sido generalizada, não só no Nordeste e em Minas, como tradicionalmente poderia se esperar, mas também em São Paulo e nas regiões de expansão da fronteira. No geral, 22,0% dos emigrantes que saíram dos seus estados, no último quinquênio dos anos 90, retornaram à sua origem. Essa porcentagem, entre 1986 e 1991 era de 14,0%.

Sintetizando, após 1980, aconteceram algumas mudanças expressivas nas migrações interestaduais no Brasil: redução generalizada dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração; tendência à convergência entre o número de imigrantes e de emigrantes ou mesmo à reversão, como no caso de Minas Gerais; aumento dos migrantes de retorno e dos retornados plenos ou de curto prazo.

Os dados indicam, a partir de 1980, mudanças no comportamento migratório que não são meramente decorrentes da flexibilidade ou do dinamismo do padrão migratório. Ao que tudo indica as mudanças profundas pelas quais têm passado a economia e a sociedade brasileira alteraram os fundamentos do padrão migratório prevalecente até o final da década de 70. “A crise tem modificado os fundamentos sociais e culturais das trajetórias. A tradição migratória não desapareceu, até porque as características de grande parte da sociedade brasileira não se alteraram, e a rigidez da estrutura social ainda impõe a migração como a única alternativa para se “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”. Entretanto, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente do que antes, assim como as redes de interação social, têm tido um efeito contrário: as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. As externalidades positivas das grandes cidades, das regiões metropolitanas, em particular, que tanto atraíam os migrantes, foram superadas pelas externalidades negativas, comprometendo a “ilusão migratória”. (Brito, 2002)

A crise econômica e o processo de reestruturação produtiva reduziram enormemente a geração de emprego e as novas oportunidades ocupacionais, O mercado de trabalho tornou-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento, extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante. Objetivamente, a dinâmica da sociedade e da economia descolou a mobilidade espacial da mobilidade social e ainda ampliou os mecanismos de exclusão e discriminação dos mais pobres. A migração não passaria nunca à margem da barbárie.

Mais uma vez, sintetizando, os “fundamentos econômicos, sociais e culturais das trajetórias migratórias foram fortemente comprometidos. Portanto, a sua estruturação como caminhos sociais, mecanismo fundamental para a mobilização e integração social do migrantes, perdeu muito do seu vigor. A migração de retorno é a contramão das trajetórias migratórias. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região de destino, hoje um “grande excedente demográfico” não absorvido economicamente e socialmente, para o caminho de volta. É o avesso da “ilusão migratória”, a compreensão pelos migrantes de que já não é possível qualquer mobilidade social e, até mesmo, sobreviver nos grandes urbanos. O mesmo ocorre com as trajetórias em direção às fronteiras agrícolas, cuja dimensão social e cultural era dada pela possibilidade de acesso à terra. Atualmente, quem migra para as fronteiras quase só tem a possibilidade se transformar num trabalhador, na maioria das vezes temporário”(Brito,2002)

TABELA 8
SÃO PAULO, ORIGEM DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS,
1995-2000

REGIÃO OU ESTADO	PERÍODOS			
	1965-70	1975-80	1986-91	1995-2000
NORTE	0,54	0,87	2,50	2,51
NE.SETENTRIONAL	1,31	3,05	4,42	6,38
NE.CENTRAL	19,86	24,17	28,33	26,86
NE.MERIDIONAL	15,34	13,34	18,99	24,42
MINAS GERAIS	34,87	17,71	16,95	14,58
ESPÍRITO SANTO	1,11	0,58	0,64	0,88
RIO DE JANEIRO	5,21	3,89	4,54	3,84
PARANÁ	14,47	28,99	15,61	10,73
EXTREMO SUL	2,82	1,73	2,00	2,80
CENTRO-OESTE	4,09	4,95	5,34	6,20
DISTRITO FEDERAL	0,39	0,72	0,69	0,80
TOTAL	713.326	1.562.494	1.396.938	1.242.972

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Não seria de todo descabido o argumento de que a tese da mudança no padrão migratório poderia ser contrariada pela insistência dos migrantes interestaduais em procurarem São Paulo como região de destino, mesmo que dele retornem cada vez mais rápido. A tabela 8 mostra que Minas deixou de ser um grande fornecedor de migrantes para São Paulo, apesar de manter uma porcentagem expressiva, muito mais consequência direta da vasta fronteira entre os dois estados do que da tradicional trajetória migratória, outrora extremamente densa. Mas, chama mais atenção que, proporcionalmente, o número de imigrantes nordestinos tenha aumentado muito. Aliás, pode-se, também, observar grandes proporções de nordestinos no Rio de Janeiro, na região Centro-Oeste, na região Norte e até mesmo em Minas Gerais. A grande questão é que a inércia, fortalecendo as velhas trajetórias migratórias, encontra o estímulo dos desequilíbrios regionais que muito pouco se alteraram nos últimos vinte anos.

A coexistência das mudanças no padrão migratório com a manutenção dos desequilíbrios regionais é muito mais um fator de profundas tensões sociais, colocando interrogações sobre o futuro - não só das migrações, mas da sociedade brasileira. Pelas velhas trajetórias migratórias trafegam, na sua maioria, os migrantes dispostos a superar os obstáculos da seletividade, não para melhorar a sua posição social, mas para conseguir, com altos riscos, apenas a sua sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA:

Brito, Fausto, População, Espaço e Economia numa Perspectiva Histórica: O Caso Brasileiro, CEDEPLAR, 1997.

Brito, Fausto, Brasil, final de século: a transição de um novo padrão migratório?, in Adelita. Cardeal (Organizadora), Transições Migratórias, IPLANCE, 2002.

Brito, F, Horta C., A Urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas, CEDEPLAR, 2001.

Carvalho, J. A. et all, Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? Seminário sobre a Economia Mineira, CEDEPLAR, 1998.

Carvalho J. A. e Garcia R.A., Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração no Brasil , CEDEPLAR,2002

Durham, E, A Caminho da Cidade, 3ª e 4ª parte, Perspectiva, 1984.